



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS 2013 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, o artigo a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos<sup>1</sup> da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC), cabe ao Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas, da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, designadas genericamente por IFRS. Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1 606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, foi aprovado o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante RJSPE, o qual revogou o anterior<sup>3</sup> enquadramento legal específico, aplicável à CP enquanto empresa pública e às suas participadas.

### 2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Como ponto prévio importa referir que o Conselho Fiscal foi nomeado por Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações de 13 de novembro de 2013, pelo que apenas acompanhou a atividade da empresa a partir da referida data.

Nessa conformidade, o Conselho Fiscal até ao final do exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, nomeadamente, procedido a:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração de forma a inteirar-se da situação da empresa;
- ii) Emissão de parecer sobre operações de financiamento, mediante solicitação do Conselho e Administração;
- iii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

#### CONSELHO FISCAL

- iv) Reuniões com a direção financeira da CP;
- v) Apresentação de proposta à tutela de nomeação do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Consolidadas do Grupo CP, apresentadas pelo Conselho de Administração.

### 3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, do Ministério da Economia e do Emprego e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado, e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP tem autonomizado em empresas os segmentos de atividade onde atua<sup>4</sup>, procurando criar sinergias positivas à sua atividade, sendo a empresa-mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas. Em todas as empresas subsidiárias<sup>5</sup> detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

A CP, EPE, detém direta e maioritariamente as seguintes empresas:

- A CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., participada pela CP a 100%, com o Capital Social de 5.000.000 euros e tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas;
- A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A, com a participação da CP em 100%, o Capital Social de 8.100.000 euros e tem como atividade o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 5.000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;

<sup>4</sup> Como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e o transporte ferroviário de mercadorias.

<sup>5</sup> CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A..

#### CONSELHO FISCAL

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A; com a participação CP em 100%, o Capital Social - 55.000 euros e o objeto de formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A, participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 50.000 euros e dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

A CP detém ainda participações minoritárias em sete outras empresas e em dois Agrupamentos Complementares de Empresas, ACE<sup>6</sup>.

Durante o ano de 2013 a estrutura do Grupo alterou-se ligeiramente com a liquidação da EMEF Internacional e da Fergráfica e a constituição da Nomad Tech, Lda.<sup>7</sup>

#### 4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O contexto macroeconómico desfavorável, produziu impacto quer através da quebra na procura, quer pela deterioração das condições de refinanciamento da dívida. Essa realidade repercutiu-se nos resultados do Grupo CP, tendo este encerrado o exercício de 2013 com um resultado líquido negativo de 225,6 milhões de euros (-0,9%).

As rubricas do Capital Próprio apresentaram um valor negativo que se degradou em 227,8 milhões de euros (-7,2%) face ao ano transato, essencialmente proveniente do acumular de sucessivos resultados de exercício negativos.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 73,5 milhões de euros (-6,4%), resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 69,4 milhões de euros (-7,4%) em resultado das depreciações destes ativos;
2. Diminuição dos inventários em 4,1 milhões de euros (-14,9%) em resultado de um consumo de materiais superior às compras efetuadas durante o exercício, bem como do reconhecimento de imparidades de inventários;
3. Diminuição das outras contas a receber em 5,2 milhões de euros (-21,7%);
4. Reconhecimento de valor de imparidade nos ativos não correntes detidos para venda, no montante de 7,5 milhões de euros (-21,5%);
5. Constituição de aplicações financeiras de curto prazo no IGCP<sup>8</sup> no valor de 16 milhões de euros.

<sup>6</sup> No OTLIS, ACE, com uma participação de 14,28% e no TIP, ACE, com 33,33%, participações que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.

<sup>7</sup> Com uma participação de 35% da EMEF, SA.

<sup>8</sup> Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E..



## CONSELHO FISCAL

No que respeita ao Passivo, o Grupo CP registou um aumento de 154,3 milhões de euros (3,6%), destacando-se:

1. Aumento dos Financiamentos Obtidos<sup>9</sup> em 146,7 milhões de euros (3,9%);
2. Agravamento em 91,4 milhões de euros (134,5%) das dívidas a Fornecedores e Outros Devedores;
3. Variação positiva de 66 milhões de euros (-48,8%) dos *swaps* potencialmente desfavoráveis.

Os fluxos de caixa gerados pelas operações atingiram no final de 2013 o valor de 77,5 milhões de euros, representando um crescimento de 16,8 milhões de euros (27,7%) face ao ano anterior. Deve ser destacado que este desempenho foi alcançado num cenário onde ocorreu uma quebra da procura, que implicou a diminuição dos recebimentos de clientes em 49,8 milhões de euros, associada ao acréscimo dos pagamentos ao pessoal em 12,5 milhões de euros decorrente da reposição dos subsídios férias, situações que foram mais que compensadas com a redução dos pagamentos a fornecedores<sup>10</sup>.

O resultado líquido alcançado pelo Grupo CP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resulta essencialmente do efeito das variações que se salientam na Demonstração de Resultados:

1. Reversão de 37,7 milhões de euros (-98,0%) no valor das Imparidade de dívidas a receber em resultado da regularização da dívida do Ministério da Defesa Nacional;
2. Aumento dos Gastos com o pessoal em 18,5 milhões de euros (14,4%), essencialmente efeito da reposição do subsídio de férias em cumprimento do disposto<sup>11</sup> no Orçamento de Estado retificativo de 2013;
3. Variação de 16,7 milhões de euros (137,2%) das Provisões devido essencialmente à reversão da provisão constituída para processo que teve desfecho favorável à CP no Tribunal Tributário;
4. Redução de Outros gastos e perdas em 10,4 milhões de euros (-58,0 %), consequência da diminuição das dívidas incobráveis, bem como a diminuição dos descontos comerciais atribuídos<sup>12</sup>;
5. O EBITDA consolidado apresenta um decréscimo de cerca de 52 milhões euros para 2,2 milhões euros;
6. O Grupo CP apresentou um apuramento do EBITDA ajustado<sup>13</sup>, onde considerou somente a parte respeitante à exploração, tendo alcançado o valor de 10,7 milhões euros, significando uma redução de 28,9 milhões euros (-73,0%) face a 2012;

<sup>9</sup> Observou-se a substituição dos financiamentos de médio e longo prazo por financiamentos de curto prazo, representando estes 51,3% do montante total, contribuindo para o desequilíbrio da estrutura de financiamento da empresa.

<sup>10</sup> A larga maioria das dívidas a fornecedores está concentrada na Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E..

<sup>11</sup> O Grupo CP registou nas contas de 2013 o diferencial de encargos decorrentes da reposição do subsídio de férias, o que implicou reconhecer gastos de exercícios anteriores, acrescido da especialização do subsídio de férias do próprio ano, a pagar em 2014.

<sup>12</sup> No âmbito do processo para regularização da dívida histórica do Ministério da Defesa Nacional, foi atribuído em 2012 um desconto comercial de valor significativo, não tendo sucedido em 2013 facto com idêntica expressão.

<sup>13</sup> Resultado antes de indemnizações por rescisão, subsidiárias, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.

## CONSELHO FISCAL

7. A variação favorável de 69,8 milhões euros do justo valor dos instrumentos financeiros traduz da valorização<sup>14</sup> da carteira de derivados<sup>15</sup> em 31 de dezembro 2013, bem como de alterações à sua composição em consequência do cancelamento de três operações de *swap*;
8. Tendo alcançado um resultado operacional negativo de 9,3 milhões euros, tal representa uma melhoria de 20,9 milhões euros face ao exercício anterior;
9. O resultado da política de financiamento do Grupo CP exhibe um agravamento de 23,0 milhões euros (11,9%), essencialmente reflexo do aumento dos encargos financeiros, tanto por via do acréscimo da dívida como pelo incremento dos *spreads* das taxas de juro em todos os empréstimos renovados<sup>16</sup>.

Neste âmbito deve ser destacado que a estrutura de financiamento do Grupo CP acentuou o seu desequilíbrio, sendo que o endividamento de curto-prazo representa 51,3% do total. O crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento dos encargos financeiros. Contudo, o Grupo CP não conseguiu obter a totalidade do financiamento necessário ao pagamento dos compromissos decorrentes do serviço da dívida, pelo que teve que canalizar parte da receita da atividade de exploração para esse efeito. Note-se que parte desse serviço da dívida resulta da dívida histórica acumulada pela empresa, constituindo dessa forma um sério constrangimento ao seu desempenho.

No que se refere às empresas detidas pela CP, destaca-se o seguinte:

### CP Carga

A CP Carga transportou 8,3 milhões de toneladas de mercadorias, com 226 mil TEU entre contentores e caixas móveis, e obteve 57,2 milhões de euros de proveitos diretos do tráfego.

O primeiro quadrimestre foi bastante penalizador apresentando uma redução dos proveitos de tráfego de 25% face ao primeiro quadrimestre de 2012, fruto, em grande medida, da manutenção do conflito laboral. Todavia, a recuperação encetada a partir de Maio permitiu finalizar o ano com reduções de apenas 4,9% nas toneladas transportadas e de 6,9% na receita, face ao ano anterior.

Não obstante a redução de 4,9% das toneladas transportadas, registou-se uma redução de 7,2% dos comboios-quilómetros e um aumento de cerca de 1% das toneladas transportadas por comboio, o que revela um melhor aproveitamento da capacidade instalada.

O Resultado Líquido da CP Carga no ano de 2013 foi de -23 milhões de euros, contra os -19,2 milhões de euros no ano anterior, correspondendo a um desvio de 20%.

Esta variação foi motivada fundamentalmente pela redução dos proveitos de tráfego em 4,2 milhões de euros (-6,9%), e pelo agravamento do resultado financeiro em 2,7 milhões de euros, por via do acréscimo dos financiamentos obtidos junto do acionista e pelo incremento dos *spreads* associados. Os gastos operacionais mantiveram a tendência de redução iniciada nos períodos anteriores (-2,1 milhões de euros).

O Resultado Operacional foi de -15,5 milhões de euros, contra -14,4 milhões de euros em 2012, representando um agravamento de 7,7%. Os Proveitos Operacionais ascenderam a 61,1 milhões de euros (-5,0% face a 2012), enquanto os Gastos Operacionais totalizaram 76,6 milhões de euros (-2,7% face ao ano anterior).

<sup>14</sup> Efetuada por entidade externa (IMF - Informação de Mercados Financeiros, S.A.).

<sup>15</sup> *Swaps* de cobertura de taxa de juro.

<sup>16</sup> Traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo.

## CONSELHO FISCAL

### EMEF

A EMEF encerrou o ano de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 3,4 milhões de euros, registando um agravamento de 9,5 milhões de euros face ao ano de 2012.

Esta variação foi motivada fundamentalmente pela redução da atividade operacional da empresa (os rendimentos operacionais registaram uma diminuição na ordem dos 16% a que correspondem -10,3 milhões de euros) e pela reposição dos subsídios de férias e Natal aos colaboradores da empresa.

A redução dos rendimentos é justificada, por um lado, pela inexistência do segmento de fabrico no ano 2013 (o projeto de fabrico de vagões para a CP Carga concluiu-se no ano de 2012) e, por outro lado, por um menor volume de intervenções de reparação, situação agravada com a manutenção no ano de 2013 dos preços praticados no ano de 2012 para o principal cliente CP, EPE.

### FERNAVE

A Fernave apresentou em 2013 uma melhoria significativa dos Resultados, impulsionado pelo crescimento das Prestações de Serviço, conseguido em ambiente adverso de restrição económica.

Na verdade, encerrou o período de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 781,7 mil euros, registando uma melhoria de 34% (+ 394,5 mil euros) face ao ano de 2012. O Resultado Operacional registou uma recuperação na ordem dos 40% face ao ano anterior (+ 378,2 mil euros).

Esta evolução é explicada essencialmente pelo crescimento em mais de 50% (+ 504,3 mil euros) dos rendimentos relativos a serviços prestados pela empresa, tendo sido as áreas da Formação (+45%) e Consultadoria (+149%) as que mais contribuíram para este aumento.

Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um acréscimo de 26,2% (+188,8 mil euros), devido ao crescimento dos gastos com subcontratos que acompanharam o aumento nos rendimentos com a prestação de serviços de formação, também igualmente existido um aumento dos gastos com pessoal em 5,3% (+49,9 mil euros).

### ECOSAÚDE

A Ecosaúde encerrou o ano de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 119 mil euros. Em 2012, o Resultado Líquido situara-se nos -54 mil euros.

Esta evolução é explicada essencialmente pela redução do volume de negócios da empresa em cerca de 5,5% (-119 mil euros) e pelo acréscimo dos gastos com pessoal (+56 mil euros), na sequência da reposição dos subsídios de férias, ainda que parcialmente compensados pela redução de 4% dos FSE (-52 mil euros) e de 18% dos Outros Gastos e Perdas (-17 mil euros).

### SAROS

No ano de 2013, a Saros revelou uma melhoria de performance, que se traduziu num aumento das Prestações de Serviço de 151% face ao ano anterior, pelo que o ano ficou pautado por uma melhoria muito significativa do Resultado Líquido em 198 mil euros (+ 222% face a 2012).

As comissões da atividade de mediação contabilizadas como rendimentos do período de 2013 totalizaram 387,8 mil euros, valor muito superior ao verificado em 2012 (cerca de + 233,2 milhares de euros).



**CONSELHO FISCAL**

**5. PARECER**

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Horwath & Associados, SROC, Lda., os quais foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2013 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas.

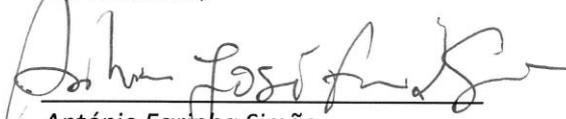
No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP, dos seus resultados e dos fluxos de caixa.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2013, com as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 30 de abril de 2014.

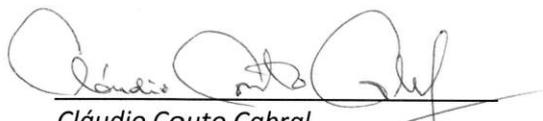
O Conselho Fiscal,

O Presidente,

  
António Farinha Simão

Os Vogais,

  
M.ª de Lurdes Correia de Castro

  
Cláudio Couto Cabral